



CIMA

América Latina e Caribe

Por: Eleonora Bertoni, Gregory Elacqua, Luana Marotta, Matias Martinez, Humberto Santos e Sammara Soares

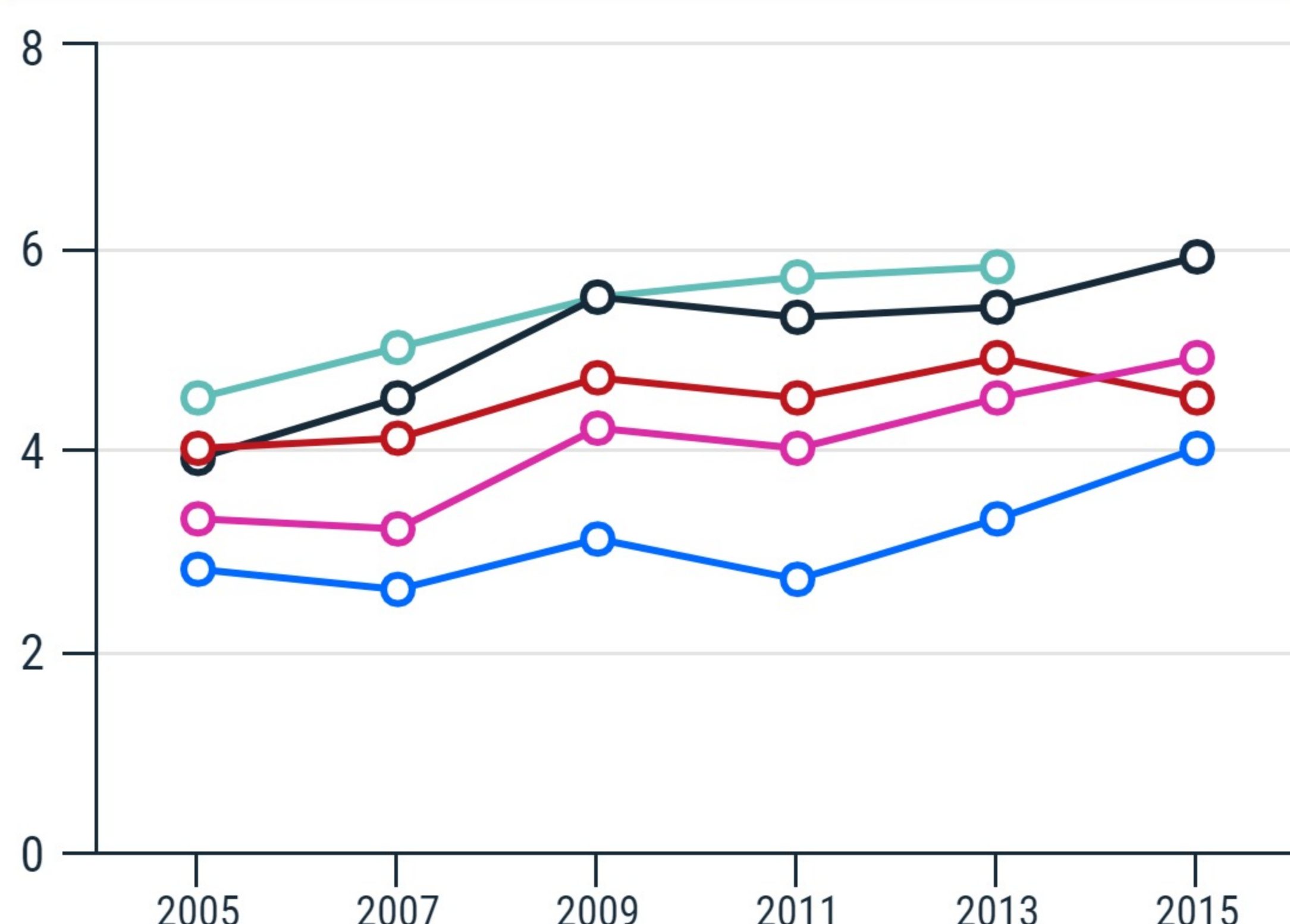
O FINANCIAMENTO ESCOLAR É DESIGUAL NA AMÉRICA LATINA?

Uma distribuição mais equitativa do financiamento educacional pode reduzir as desigualdades socioeconômicas no desempenho acadêmico dos alunos da América Latina e Caribe.

Na América Latina, o gasto público em educação tem crescido

- Durante a última década, os países latino-americanos presenciaram um rápido crescimento no gasto público em educação.
- Embora os países da região tenham, em média, melhorado o seu desempenho em testes internacionais, desigualdades no desempenho acadêmico por nível socioeconômico persistem.
- Nos países da América Latina e Caribe (ALC), alunos em desvantagem socioeconômica obtiveram um desempenho inferior aos seus pares de melhor nível socioeconômico nas provas de leitura, ciências e matemática do PISA. Essas desigualdades equivalem a dois anos e meio de escolaridade (80 pontos).

GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO COMO % DO PIB



Peru

Colômbia

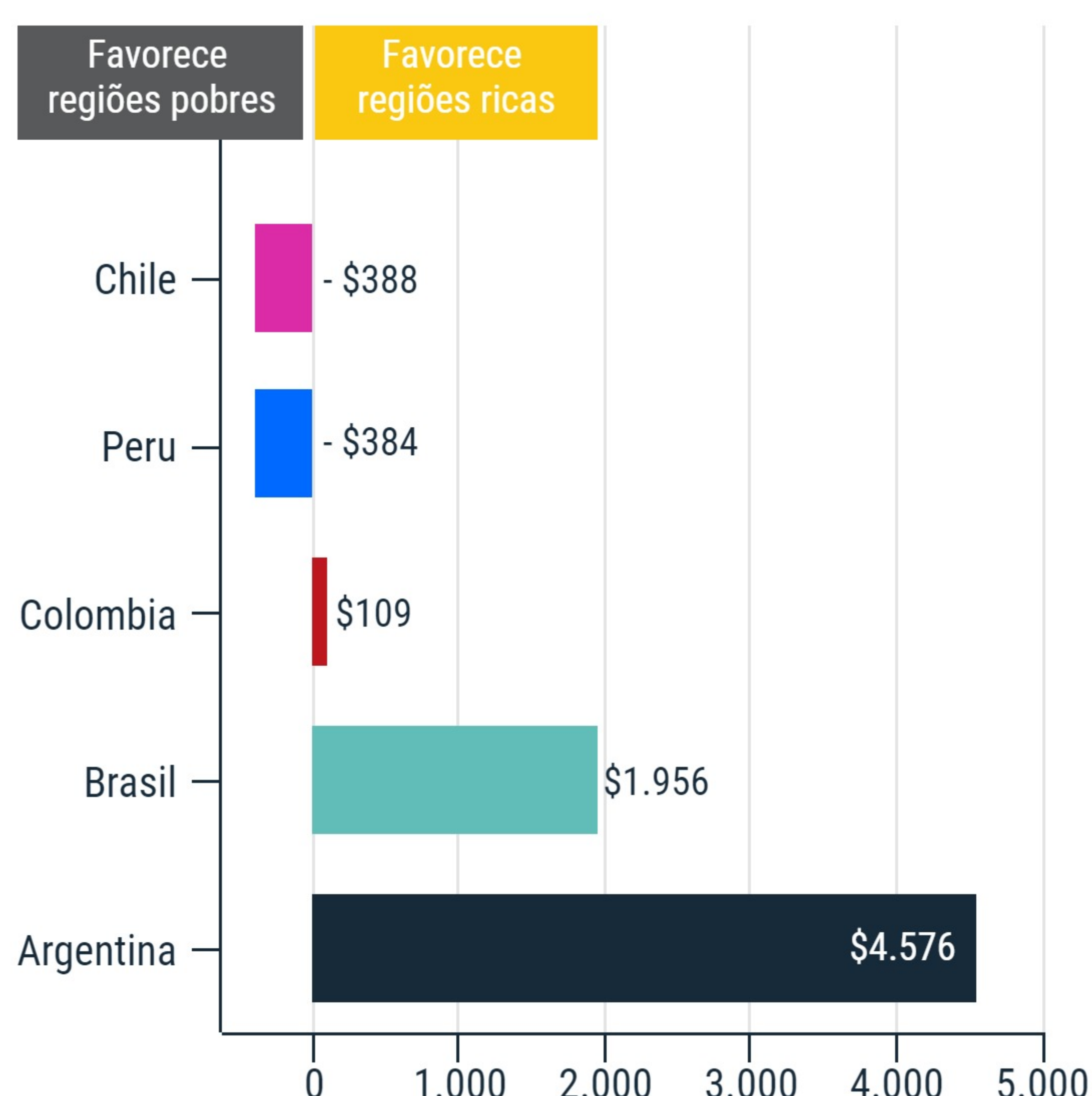
Brasil

Chile

Argentina

Fonte: CIMA 2017.

DIFERENÇA DO GASTO POR ALUNO ENTRE REGIÕES MAIS POBRES E MAIS RICAS (USD PPP)



Fonte: Consulte "Referências."

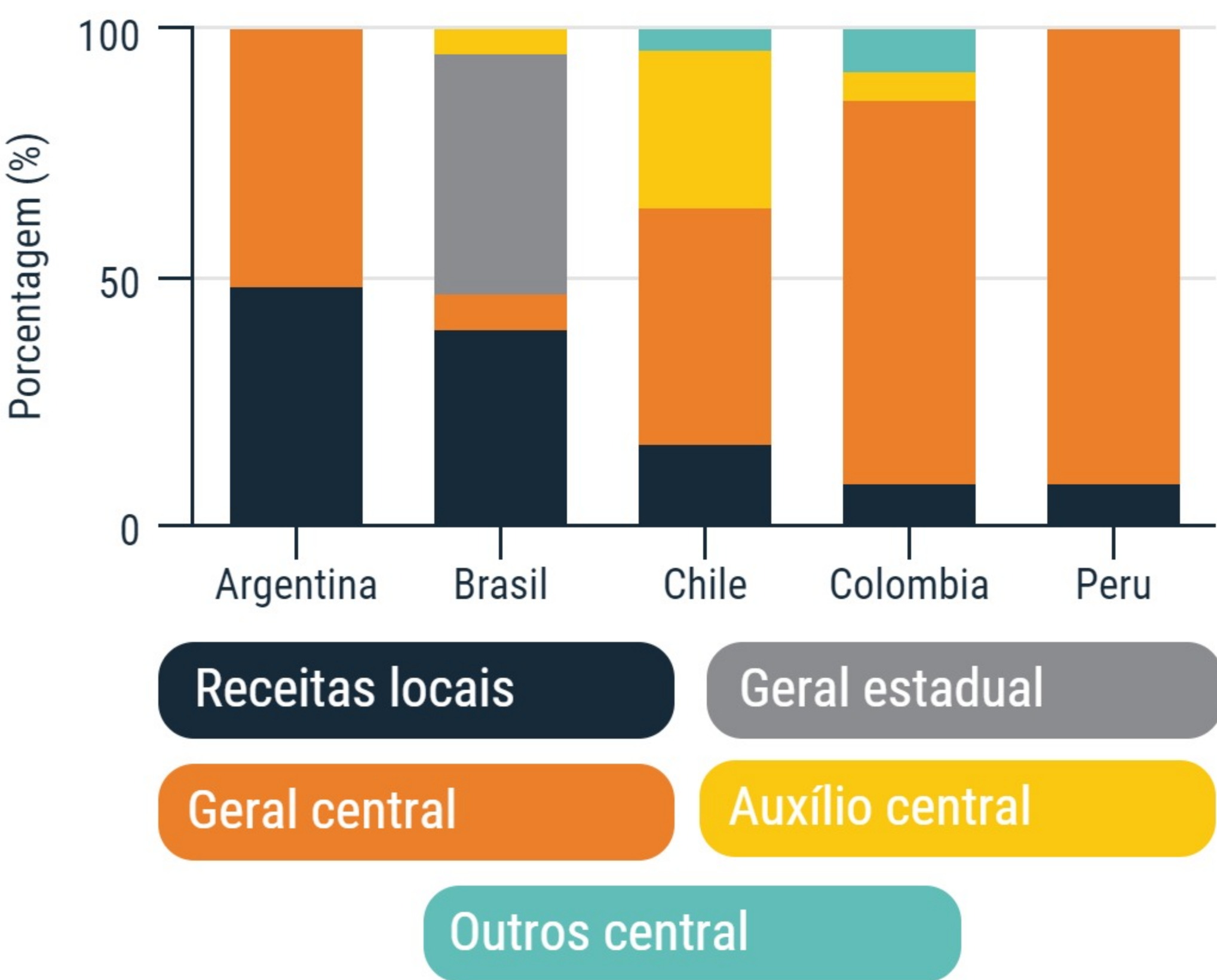
Em alguns países, o financiamento escolar é desigual

- O financiamento escolar no Brasil e na Argentina é significativamente menor nas regiões mais pobres do que nas regiões mais ricas, com diferenças de US\$1.956 e US\$4.576, respectivamente.
- Na Colômbia, a diferença no financiamento escolar é pequena: escolas em regiões ricas e pobres recebem montantes semelhantes.
- As regiões mais pobres do Peru e do Chile apresentam um gasto por estudante um pouco maior (aproximadamente US\$400) do que as regiões mais ricas.

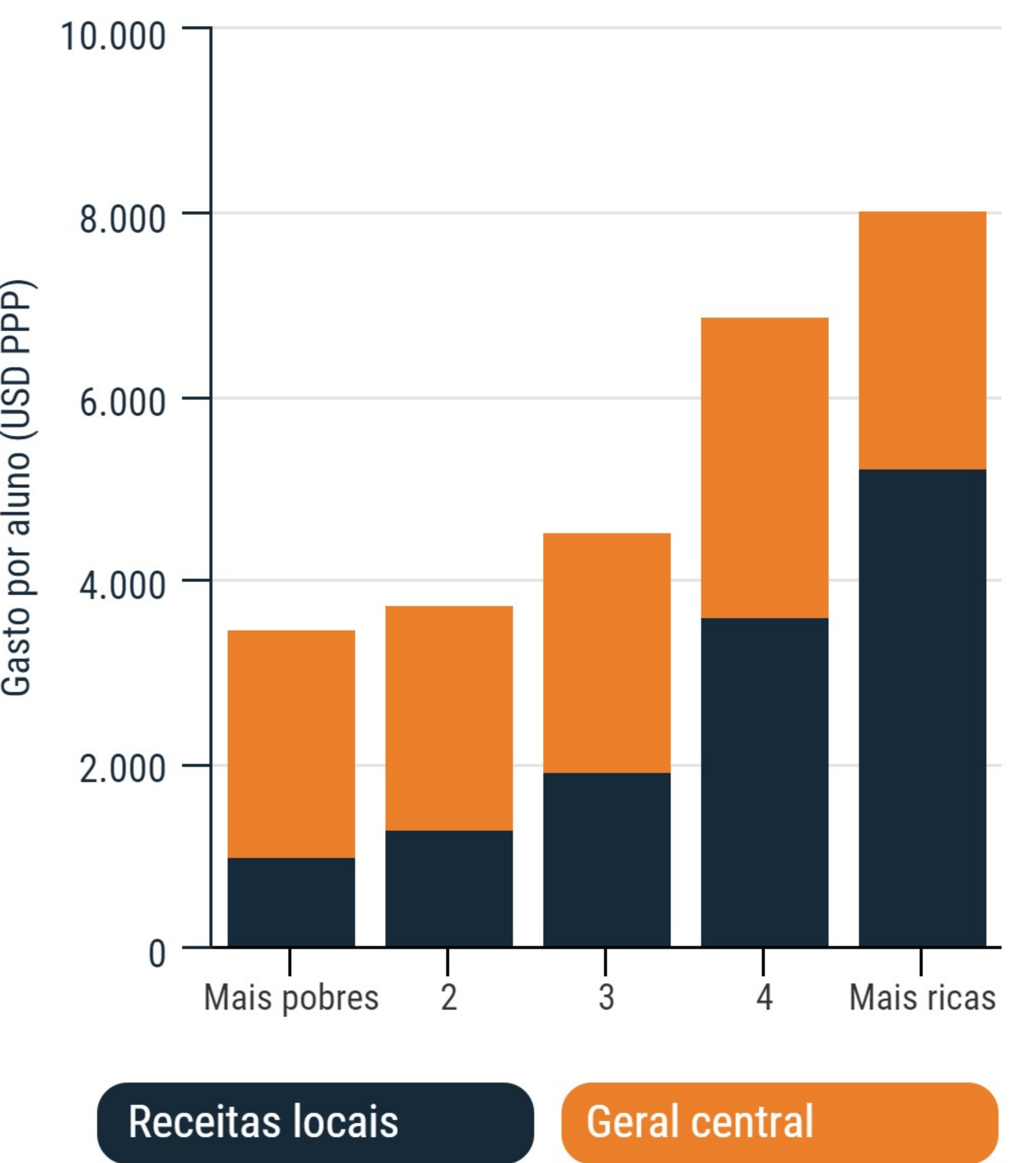
Quais são as principais fontes de financiamento escolar?

- As **receitas locais** são coletadas no nível regional ou local e geralmente têm um papel relevante na formação de inequidades entre regiões.
- Os **fundos gerais** do governo central (ou estadual) referem-se a transferências feitas para governos locais sem diferenciação significativa por critérios socioeconômicos.
- **Auxílio financeiro do governo central** refere-se a transferências que buscam mitigar as inequidades do financiamento educacional. Exemplos incluem *subsídios compensatórios* e *fórmulas de financiamento ponderadas*:
 - *Subsídios compensatórios* são transferências às regiões ou escolas mais vulneráveis com objetivo de equalizar desequilíbrios gerados a partir das receitas locais.
 - *Fórmulas de financiamento escolar* redirecionam recursos para regiões ou escolas socialmente mais desfavorecidas.
- Na Argentina, Chile, Colômbia e Peru, os fundos gerais do governo central representam a maior porcentagem do financiamento escolar entre todas as fontes de financiamento. No Brasil, por outro lado, o financiamento geral estadual do Fundeb (49%) representa uma proporção maior do que o financiamento geral do governo federal (8%).
- As receitas locais são uma importante parte do financiamento na Argentina (49%) e no Brasil (40%), seguidos de Chile (17%), Peru (9%) e Colômbia (8%). O Chile é o país que possui uma parcela mais significativa de auxílio financeiro do governo central (32%).

DISTRIBUIÇÃO DE DESPESAS POR FONTES DE FINANCIAMENTO



DISTRIBUIÇÃO DE DESPESAS POR FONTES DE FINANCIAMENTO, ARGENTINA, 2015



Fonte: Consulte "Referências".

Na Argentina, as regiões mais ricas recebem o dobro de recursos quando comparadas às regiões mais pobres

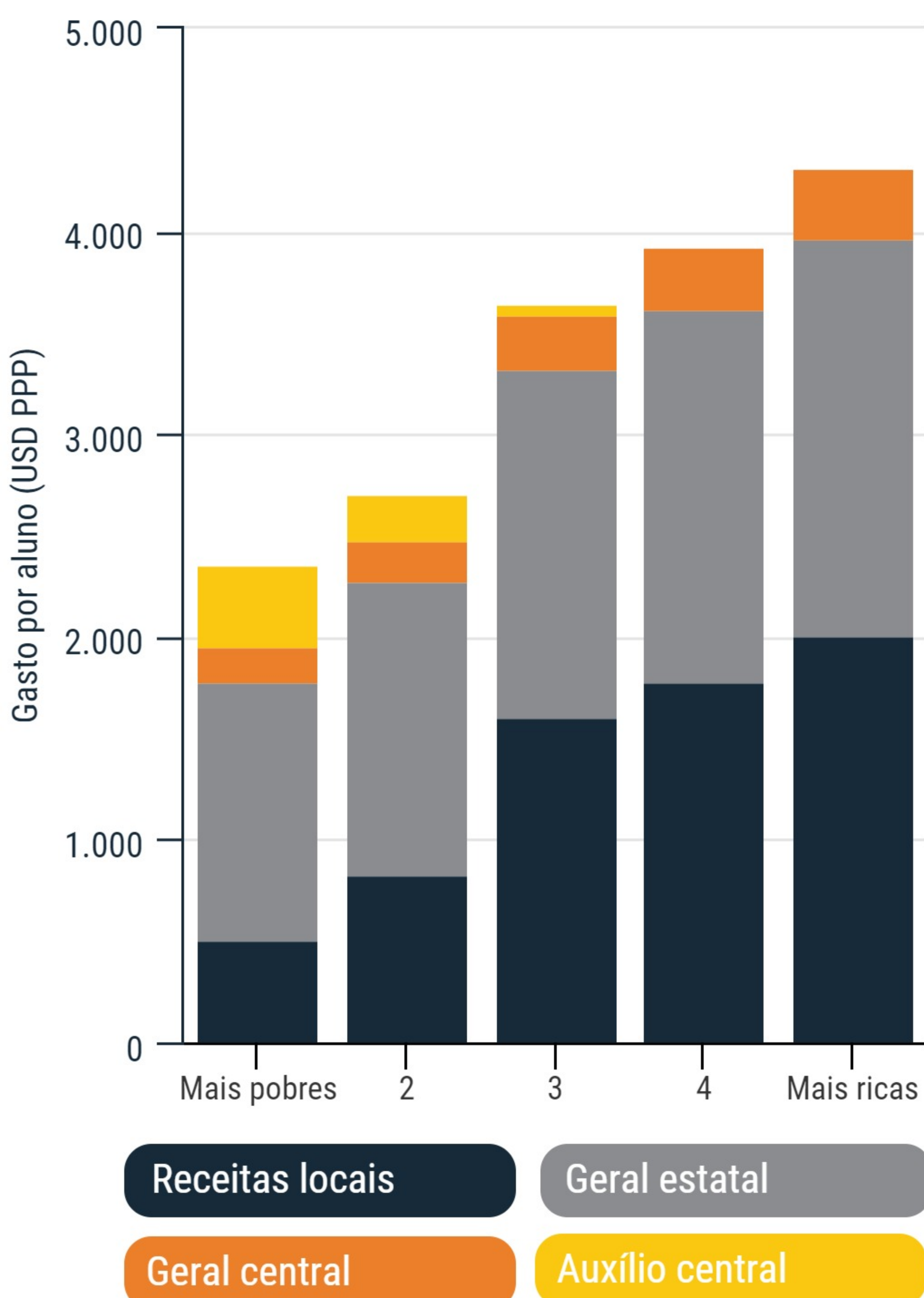
- A diferença entre as receitas locais é a principal fonte de inequidade no financiamento escolar na Argentina. As províncias mais ricas arrecadam até cinco vezes mais recursos do que as províncias mais pobres.
- A categoria "Geral central" corresponde a fundos federais de coparticipação com as províncias. Embora o sistema de coparticipação tenha como objetivo diminuir as desigualdades de gastos entre regiões, não há critérios objetivos com vistas à redução da desigualdade entre as regiões. De fato, os fundos de coparticipação são atualmente redistribuídos às províncias principalmente a partir de critérios históricos e negociações entre as regiões e o governo federal.
- Os fundos de coparticipação não são suficientes para compensar as disparidades regionais quanto às receitas locais. As transferências federais para províncias mais ricas são levemente maiores do que as transferências para as regiões mais pobres.

Fonte: Consulte "Referências".

No Brasil, existe uma grande diferença socioeconômica entre as regiões

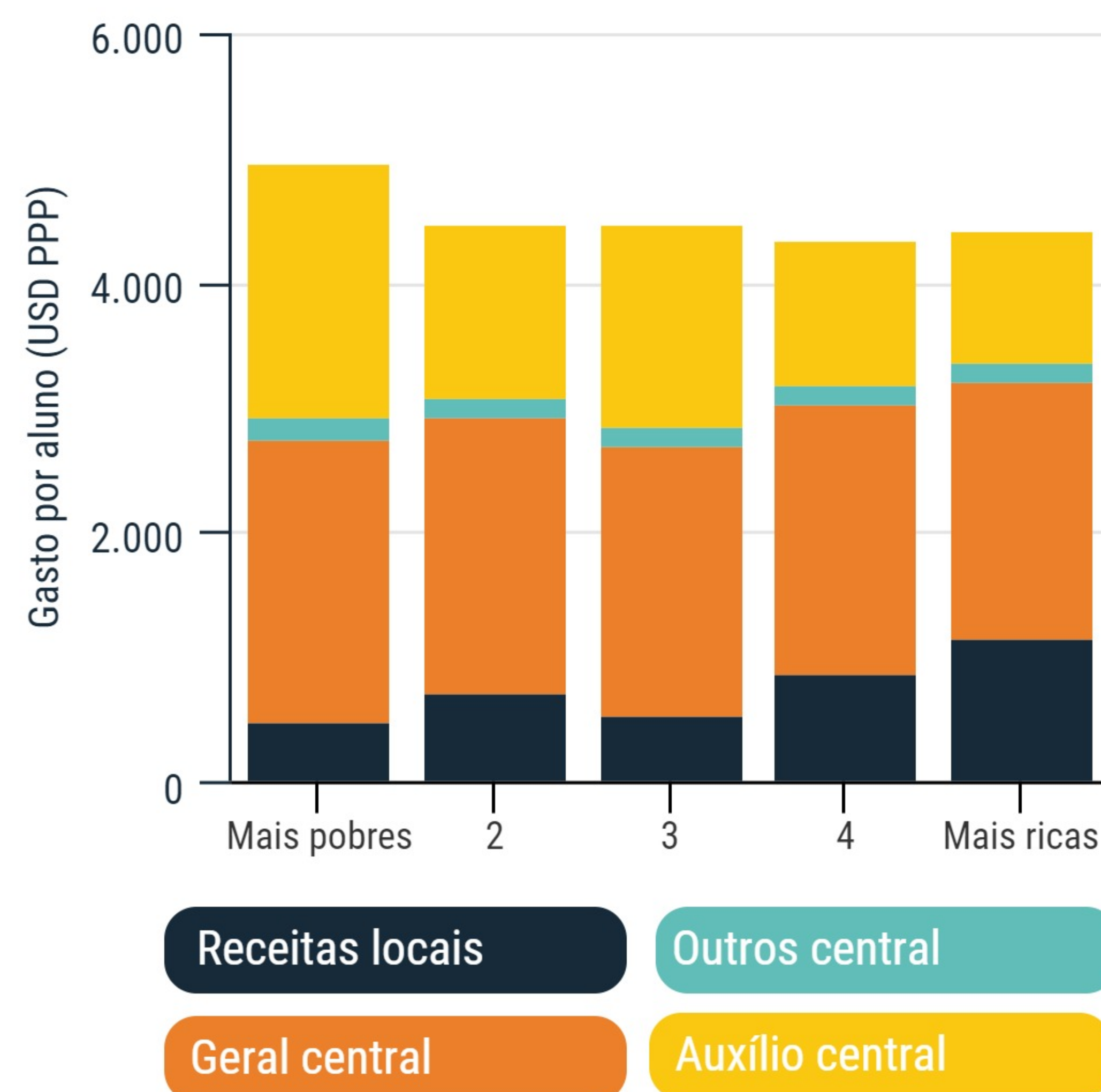
- A distribuição do financiamento escolar no Brasil favorece os ricos: regiões pobres gastam menos por aluno do que regiões mais ricas.
- A principal fonte de desigualdade de financiamento escolar são as receitas locais. Regiões mais ricas têm maior capacidade fiscal de arrecadar recursos para educação.
- Os fundos estaduais e centrais (Fundeb e FNDE, respectivamente) são redistribuídos aos municípios e estados com base principalmente no número de alunos, e praticamente não afetam as desigualdades no financiamento escolar.
- A única transferência progressiva no Brasil, o Auxílio Central aos fundos do Fundeb (Complementação da União), aumenta o gasto por aluno nas regiões mais pobres, mas não é suficiente para equalizar o financiamento da educação no país.

DISTRIBUIÇÃO DE DESPESAS POR FONTES DE FINANCIAMENTO, BRASIL, 2015



Fonte: Consulte "Referências".

DISTRIBUIÇÃO DE DESPESAS POR FONTES DE FINANCIAMENTO, CHILE, 2015



Fonte: Consulte "Referências".

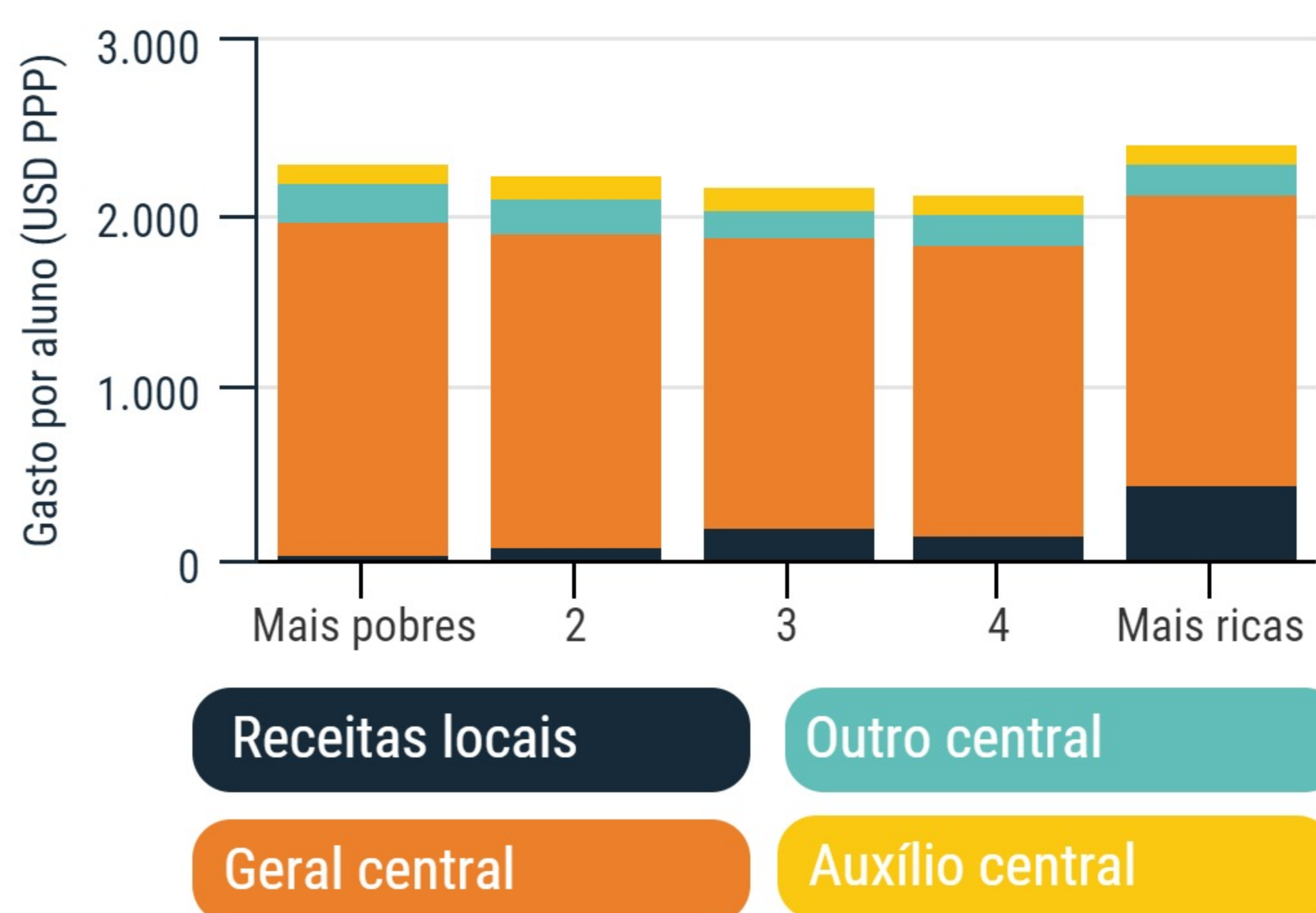
No Chile, há uma distribuição mais equitativa dos recursos educacionais entre os municípios

- No Chile, o gasto por aluno nos municípios mais pobres é 8,5% maior do que nos municípios mais ricos.
- Enquanto a distribuição das receitas locais é regressiva, favorecendo os alunos em municípios mais ricos, os recursos centrais complementários contribuem para reduzir a diferença do financiamento escolar.
- Os fundos de ajuda do governo central (**auxílio central**) englobam as transferências focadas na melhoria do acesso escolar nas zonas rurais e fundos compensatórios para prestar apoio financeiro às escolas desfavorecidas. Esses fundos incluem recursos da Subvenção Escolar Preferencial (SEP), fórmula ponderada de financiamento do Chile, que permite maior gasto por aluno (quase o dobro) entre os estudantes mais pobres.
- Os fundos gerais do Governo central correspondem a um subsídio baseado em vouchers distribuídos aos municípios com base no número de alunos e não influenciam as inequidades regionais.
- Uma pequena fração dos recursos (outros fundos centrais) se destina à premiação de escolas de alto desempenho, levando em consideração o nível socioeconômico das mesmas. Estes fundos são levemente maiores nos municípios mais pobres.

Na Colômbia, diferenças são pequenas e geradas pelas receitas locais

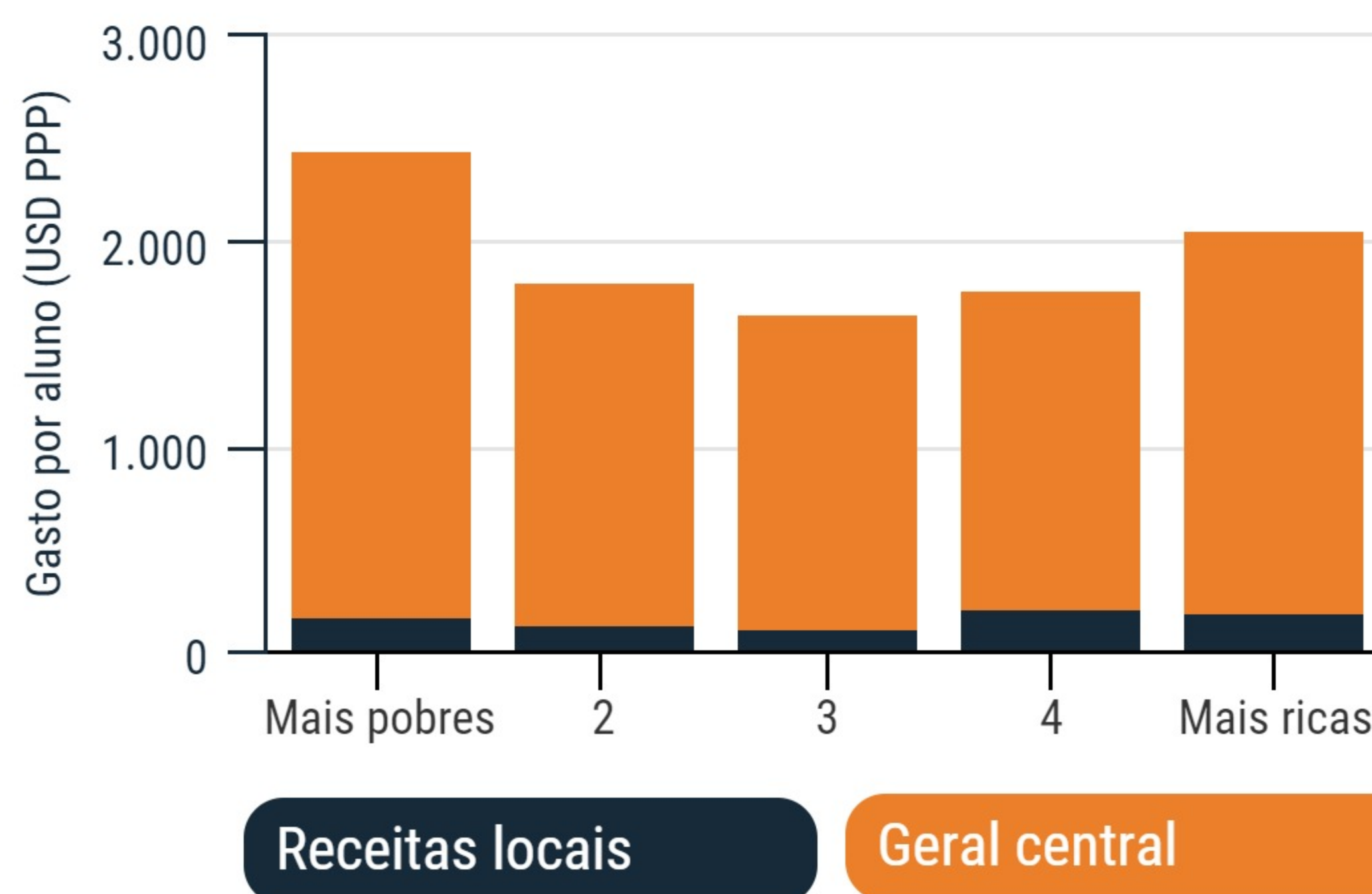
- Todas as transferências centrais são progressivas, com as regiões mais pobres recebendo mais recursos do que as mais ricas. No entanto, os recursos locais das entidades territoriais aumentam a desigualdade.
- Os fundos gerais do Governo Central incluem o Sistema Geral de Participação (SGP). Esta é uma transferência baseada no número de alunos por localização (urbana ou rural) e necessidades especiais. Embora não incorpore critérios socioeconômicos explícitos, essa transferência é um pouco maior nas regiões mais pobres.
- Os fundos de auxílio do governo central (SGP Qualidade) são distribuídos com base em uma fórmula ponderada que considera o número de alunos, nível socioeconômico e desempenho acadêmico. Como as regiões pobres tendem a ter menor desempenho, esta transferência tem pouco impacto na distribuição total dos recursos. Além disso, SGP Qualidade representa uma baixa parcela dos gastos totais.

DISTRIBUIÇÃO DE DESPESAS POR FONTES DE FINANCIAMENTO, COLÔMBIA, 2016



Fonte: Consulte "Referências".

DISTRIBUIÇÃO DE DESPESAS POR FONTES DE FINANCIAMENTO, PERU, 2015



Fonte: Consulte "Referências".

No Peru, os gastos por alunos são mais elevados nas regiões mais pobres

- O gasto por alunos nas regiões mais pobres é maior do que o gasto nas regiões mais ricas. No entanto, as regiões no meio da distribuição socioeconômica recebem menor financiamento educacional do que as regiões mais ricas.
- O Peru aloca mais recursos para as zonas rurais mais pobres devido aos altos custos de atrair professores para áreas remotas e de manutenção das pequenas escolas.
- A alocação de recursos no Peru é altamente centralizada: 86% da despesa pública em educação vem dos impostos coletados no nível central (recursos comuns). A alocação desses recursos entre regiões é discricionária e segue principalmente critérios históricos e baseados em insumos.
- As Receitas Locais, que provêm de recursos determinados e de recursos diretamente arrecadados em níveis regional e local, podem gerar inequidades entre as regiões, uma vez que são mais elevados em regiões mais ricas.

O Centro da Informação para a Melhoria de Aprendizagem (CIMA) da Divisão de Educação do BID busca promover o uso de dados e indicadores no desenvolvimento de políticas educacionais, com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todos. Com esse objetivo, o CIMA publica uma série de periódicos que analisa informações relevantes para a melhoria da aprendizagem na região.

Web: www.iadb.org/cima | Twitter: @BIDEducacion

Entre em contato: education@iadb.org

Referências: 1. Baker, B.D. & Corcoran, S.P. (2012). The Stealth Inequities of School Funding: How State and Local School Finance Systems Perpetuate Inequitable Student Spreading. Center for American Progress.; 2. Brazil: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) 2015; 3. Peru: Sistema Integrado de Administración Financiera (SIAF) 2015; 4. Colombia: Formato Único Territorial (FUT) 2016; 5. Argentina: CGECSE/DNPE/SlyCE/Ministry of Education and Sports (MEyD) based on executed budgets by each provincia, Accounting and Finance Office, Budget Office, and general management of the international funding unit/SsCA/MEyD; 6. Chile: Ministry of Education, SINIM and Superintendencia 2015.

Copyright © 2017 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Este trabalho está licenciado sob uma Creative Commons IGO 3.0 Attribution-Noncommercial-NoDerivative (CC-IGO BY-NC-ND 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>) e pode ser reproduzido por qualquer uso não comercial ao conceder crédito ao BID. Não são permitidas obras derivadas. Qualquer disputa relacionada ao uso dos trabalhos do BID que não possam ser resolvidos amigavelmente será submetida à arbitragem, de acordo com as regras da UNCITRAL.

O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não seja a atribuição e uso do logotipo do BID estará sujeito a um contrato de licença separado e não é autorizado como parte deste licença CC-IGO. Observe que o link do URL inclui termos e condições adicionais deste licença. As opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem necessariamente o ponto de vista do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Diretoria Executiva ou dos países que representa.

